

08.janeiro.2015 – 09h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Professora Doutora Helena Rebelo Pinto

Recebidos por: Deputadas Diana Ferreira (PCP) e Nilza de Sena (PSD)

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Sra. Deputada Diana Ferreira (relatora desta temática) efetuou um breve enquadramento da audição, referindo que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#).

A Sra. Professora Doutora Helena Rebelo Pinto agradeceu o convite e manifestou a sua satisfação por poder apresentar o seu contributo relativamente a uma temática, pela qual tem muito apreço. Após uma breve apresentação do Instituto de Ciências da Família, da Universidade Católica Portuguesa, que dirige, e do trabalho que aí desenvolve, fez referência à importância da família, em termos de organização social, sendo que o movimento para a sua constituição tem subjacente uma perspetiva de bem-estar.

Reconhecendo que a família tem ganho alguma prevalência no discurso político, considerou que os apoios à família não devem circunscrever-se aos apoios supletivos, atribuídos em caso de carência, devendo o Estado assegurar a capacitação das famílias para desempenharem as suas funções.

Referiu-se à dimensão multidisciplinar das políticas de família e avançou com alguns dos que considerou serem os maiores desafios: integração das políticas sectoriais e conciliação trabalho/família.

Reconhecendo que a vida das famílias atuais está cheia de descontinuidades, considerou que existem outros fatores, para além dos económicos, que impedem os casais de ter filho. Assim, fez referência a algumas aspetos que considerou cruciais no âmbito desta temática; o primeiro diz respeito à segurança (económica, afetiva, nas escolas...), que deve ser acompanhada de condições que permitam o desenvolvimento de qualquer criança. Fez ainda alusão à questão da solidariedade, que inclui a rede de interdependências que se vai desenvolvendo na família.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) congratulou-se com os contributos apresentados e após referência às medidas tomadas recentemente na Europa (nomeadamente em França, na Alemanha e na Dinamarca) e seus resultados, sublinhou que os apoios prestacionais às famílias nem sempre estão diretamente relacionados com o aumento da natalidade. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre medidas concretas de proteção à família, sobre uma eventual necessidade de priorização de uma política de infância ou de uma política de família, ou de ambas, sobre a forma como se gere a dimensão da família com a educação e ainda sobre a importância da aproximação dos pais à comunidade educativa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a presença e considerou que a questão que está em discussão não pode ser dissociada da situação económica e social do país, que decorre das opções dos sucessivos governos, nomeadamente no que se refere à precariedade, baixos salários, desemprego e custos com a educação e com a saúde. Fez referência à desregulação dos horários de trabalho, que considerou incompatíveis com os cuidados familiares e com a segurança afetiva referida, e defendeu que a licença de maternidade e paternidade deveria poder ser gozada em simultâneo. Concluiu, realçando que compete ao Estado assegurar as condições que permitam às famílias avançar para a decisão de ter um filho ou de avançar para o segundo ou terceiro.

Em resposta às questões colocadas, a Sra. Professora Helena Rebelo Pinto referiu-se à inevitabilidade de políticas setoriais, apesar de a política de família ter um carácter de globalidade. A este respeito, considerou que as questões da família deveriam ser objeto de um trabalho mais específico.

Referiu-se ainda à importância do estreitamento de relações, não apenas no seio da família, mas entre esta e as estruturas educativas, de saúde, etc., e considerou ainda necessário repensar a questão da conciliação entre o trabalho e a família, nomeadamente no que se refere a licenças e horários de trabalho. Terminou, referindo que o projeto familiar não inclui hoje, em muitos casos, a maternidade, porque esta não é devidamente valorizada.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 08 de janeiro de 2015

A assessora
Cristina Tavares